



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

PAR. 02001.004075/2014-99 COPAH/IBAMA

**Assunto:** Vistoria à área dos Portos de Paranaguá e Antonina e realização de reuniões técnicas com as comunidades do entorno.

**Origem:** Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias

**Ementa:** Vistoria realizada entre os dias 22 e 26 de setembro de 2014 nos empreendimentos dos portos organizados de Paranaguá e Antonina, e reuniões com as comunidades do entorno. Processos 02001.007337/2004-03 (Regularização Porto de Antonina), 02001.007338/2004-40 (Regularização Porto de Paranaguá), 02001.003663/2013-24 (Terminal de Contêineres de Paranaguá), dentre outros.

## INTRODUÇÃO

Atualmente, o Ibama está conduzindo processos de licenciamento ambiental dos portos de Paranaguá e Antonina e alguns de seus terminais privados. A autarquia responsável pela gestão dos portos é a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

A vistoria em questão objetivou o conhecimento das estruturas físicas de tais empreendimentos por uma parte da equipe técnica e a realização de reuniões com as comunidades afetadas para acompanhamento dos programas ambientais já em desenvolvimento, com foco na área de socioeconomia.

Foram visitados os seguintes empreendimentos, conforme processos de licenciamento constantes neste Ibama:

- Porto de Antonina (regularização): processo nº 02001.007337/2004-03;
- Terminal Portuário da Ponta do Félix (ampliação): processo nº 02001.000356/2011-20;
- Porto Organizado de Paranaguá (regularização): Processo nº 02001.007338/2004-40;
- Porto de Paranaguá (ampliação): processo nº 02001.004295/2013-31;
- Terminal de Contêineres de Paranaguá - TCP (regularização): processo nº 02001.003663/2013-24
- Terminal de Contêineres de Paranaguá - TCP (ampliação): processo nº 02001.008253/2009-93;
- Terminal Portuário da FOSPAR: Processo nº 02017.000485/98-83.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

As reuniões técnicas aconteceram em comunidades afetadas pelos impactos ambientais decorrentes dos processos de licenciamento supramencionados, bem como pelos impactos ambientais das dragagens de manutenção – as quais encontram-se atreladas ao processo de regularização do Porto Organizado de Paranaguá – e da Dragagem de Aprofundamento de Paranaguá (processo 02001.002206/2009-36). Foram visitadas as seguintes comunidades:

- Ponta do Pita e Praia dos Polacos (vila pertencente à cidade de Antonina)
- Ilha do Teixeira (vila pertencente à cidade de Paranaguá)
- Eufrasina (vila pertencente à cidade de Paranaguá)
- Amparo (vila pertencente à cidade de Paranaguá)
- São Miguel (vila pertencente à cidade de Paranaguá)
- Piaçaguera (vila pertencente à cidade de Paranaguá)
- Encantadas (vila pertencente à Ilha do Mel)
- Brasília (vila pertencente à Ilha do Mel)
- Vila Maciel (vila pertencente ao município de Pontal do Sul)

A figura 1 do anexo deste relatório apresenta as comunidades da Baía de Paranaguá. As comunidades onde ocorreram reuniões técnicas estão sublinhadas em amarelo. Consta também em anexo a lista de presença das reuniões técnicas realizadas tanto com o empreendedor quanto nas comunidades, bem como a memória de reunião ocorrida em 25/09/2014.

## **VISTORIA**

### **Dia 22/09/2014**

No turno matutino, ocorreu o deslocamento aéreo Brasília – Curitiba e em seguida o deslocamento terrestre Curitiba – Antonina. No turno vespertino, foi realizada vistoria no Terminal Barão de Tefé (porto público do Porto Organizado de Antonina), Terminal Portuário Privativo de Ponta do Félix – TPPF (localizado no Porto Organizado de Antonina), e reunião técnica com as comunidades Ponta do Pita e Praia dos Polacos (localizadas na área urbana da cidade de Antonina).

Participaram da vistoria e reunião técnica os analistas ambientais do Ibama lotados no Núcleo de Licenciamento Ambiental do Paraná – NLA/PR e na COPAH, além de analistas ambientais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, representantes da empresa de consultoria da APPA e representantes dos empreendedores APPA e Terminal Portuário Privativo de Ponta do Félix. Cabe salientar que os analistas do ICMBio foram convidados pelo empreendedor, aproveitando a ocasião da vistoria deste Ibama, e os terminais vistoriados afetam as seguintes unidades de conservação: Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e Reserva Biológica Bom Jesus.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

*TERMINAL BARÃO DE TEFÉ*

O Terminal Barão de Tefé encontra-se em fase de regularização ambiental. O empreendedor protocolizou no Ibama documento de complementação em resposta ao Parecer Técnico nº 62/2012 - COPAH/IBAMA, e as mencionadas complementações aguardam análise.

Durante a vistoria, conheceu-se parte do prédio administrativo, a área de limpeza dos caminhões, e o pátio da retroárea - o qual, atualmente, serve como área de movimentação dos caminhões (figuras 2 e 3) que transportam as cargas destinadas ao Terminal Portuário Privativo de Ponta do Félix (TPPF). Cabe ratificar a solicitação do Parecer Técnico 211/2014 - o qual relata vistoria realizada em setembro de 2013 - quanto o encaminhamento, para este Ibama, de autorização do órgão ambiental para essa cessão de uso e inclusão de monitoramento ambiental do pátio da retroárea no âmbito dos relatórios ambientais encaminhados pelo TPPF.

Em relação a vistoria realizada em setembro de 2013 - relatada no Parecer Técnico 211/2014 - verificou como melhoria a existência de uma pequena área impermeabilizada específica para limpeza dos caminhões, todavia não se observou canais de escoamento para caixa SAO (separadora de água e óleo). Observou-se também a presença de caixas coletoras segregadoras de resíduos sólidos (figura 4). Percebe-se que as mencionadas melhorias desencadearam uma maior limpeza da área do pátio, todavia foram observados sacos com fertilizantes em área gramada (figura 5). Cabe ressaltar a existência de um silo inflável de fertilizantes (figura 6) licenciado pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP (órgão ambiental estadual).

Pôde-se observar diversas poças de água de chuva no pátio da retroárea (figura 7), o qual não é impermeabilizado, embora se constitua de carvão mineral depositado à época de funcionamento. O empreendedor informou que no estudo ambiental para a regularização do Porto de Antonina foi apresentada sugestão de selamento da camada de carvão mineral. Além deste aspecto, foram observados alguns pombos na área. Tais questões serão avaliadas em parecer específico.

Foi informado pelo representante da APPA que a área do berço de atracação do Terminal Barão de Tefé (figura 8) - denominado trecho Echo - atualmente, apresenta um calado de -3 DHN e presença de maciço rochoso, contudo não há previsão de dragagens no trecho, tampouco a área está contemplada no ante projeto da APPA denominado "Derrocamento do Maciço Rochoso - Porto de Paranaguá" (processo 02001.004296/2013-86), para o qual este Ibama está emitindo termo de referência.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

*TERMINAL PORTUÁRIO PRIVATIVO DE PONTA DO FÉLIX - TPPF*

O Terminal Portuário Privativo de Ponta do Félix - TPPF compõe o Porto Organizado de Antonina. Possui sua retroárea licenciada pelo IAP e área de aterro licenciada por este Ibama. No momento o Ibama também conduz o licenciamento da ampliação do terminal portuário (processo nº 02001.000356/2011-20).

A área de aterro denominada *rip rap* (figura 9 e 10) é ampla, descoberta e cercada por canaletas que conduzem a drenagem pluvial para a baía por duas saídas (figura 11), as quais estão contempladas no programa de monitoramento da qualidade da água. Trata-se de um local licenciado especificamente para despejo do sedimento dragado de trecho antes considerado contaminado, com a publicação da Resolução CONAMA Nº 454/2012, o sedimento depositado no *rip rap* não se classifica mais como contaminado, conforme os valores limites presentes na mencionada normativa.

A área do cais estava limpa, sem acúmulo aparente de grãos que atraíssem fauna sinantrópica, como por exemplo, pombos. Conforme informado pelo empreendedor, o esgotamento doméstico local é tratado por tanque de raízes licenciado pelo IAP.

Na área do berço de atracação, observou-se a presença de draga de sucção e recalque (figura 12) realizando dragagem de manutenção licenciada por este Ibama.

*PONTA DA PITA E PRAIA DOS POLACOS*

A reunião técnica com as comunidades Ponta da Pita e Praia dos Polacos aconteceu no rancho de pesca - local de concerto e guarda das embarcações - e contou com a presença de 27 pessoas, dentre pescadores e marisqueiras (figuras 13 e 14).

A comunidade relatou problemas relacionados ao histórico assoreamento da área de desembarque devido à presença do porto, formação de pluma de sedimento da drenagem pluvial do sedimento depositado na área de aterro do TPPF, e despejo de sedimento pela draga 5001 no pesqueiro denominado Laje Grande.

Com relação ao assoreamento da área de desembarque, a comunidade informou que elaborou um abaixo-assinado solicitando trapiche de desembarque para embarcações turísticas e pesqueiras, pois o desembarque tem ocorrido na praia. O Ibama solicitou que a consultoria da APPA, junto a comunidade, buscasse o histórico dessa solicitação a fim de dar encaminhamento como uma possível compensação por parte do porto no âmbito da dragagem de aprofundamento. Quanto a pluma de sedimento da área do *rip rap*, como mencionado neste Parecer, há monitoramento da qualidade da água nos pontos de saída da drenagem.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

Quanto ao despejo de sedimento no pesqueiro Laje Grande, foi esclarecido que o local não consta como área de despejo na Autorização concedida à APPA para as dragagens de manutenção. O Ibama se comprometeu em solicitar esclarecimentos ao empreendedor quanto a denúncia, e as respostas serão repassadas à comunidade por meio de Programa de Comunicação Social. Ademais, percebeu-se que o programa de comunicação social - realizado pela consultoria responsável pelas dragagens de manutenção - não foi plenamente eficaz, uma vez que, nem a ouvidoria da APPA nem o disque denúncia do Ibama foram utilizados para denunciar o despejo de sedimento sobre o pesqueiro. Assim, o mencionado programa deverá ser reforçado.

No contexto da pesca artesanal, os pescadores informaram que, assim como o ano anterior, o presente ano foi considerado difícil, pois os principais pescados se tornaram escassos. Atualmente, a comunidade pesca/coleta: baiacu, bacucu, caranguejo, camarão ferrinho e rosa, e ostra. Foi relatado a redução das populações de siris, e presença da armadilha denominada “lacinho” nos manguezais, principalmente na época da “andada” do caranguejo. Frente a essas situações, a comunidade solicitou maior fiscalização e proteção dos manguezais da região. Foi sugerido que seja incluído no Programa de Educação Ambiental - PEA, da regularização do porto, uma linha de ação para formação de agentes ambientais voluntários, semelhante à ação realizada pela consultoria do TCP junto às comunidades afetadas por este empreendedor. A comunidade também solicitou a proibição da pesca de tainha com feiticeira na época da desova, e denunciaram a presença de embarcações de pesca industrial de camarão e peixes. Quanto a este último, os analistas do Ibama recomendaram que a comunidade formalizasse denúncia por meio do telefone da linha verde - disque denúncia do Ibama. Além disso, recomenda-se que este Ibama encaminhe as citadas denúncias ao IAP.

Outra solicitação foi a revisão do defeso do camarão à ser utilizado como isca viva e mudança no tamanho do petrecho permitido para pesca de sardinha para isca viva. No caso do camarão, atualmente o defeso em dezembro é para todos os camarões - tanto o utilizado como isca viva, quanto o utilizado para consumo - e coincide com o período de alta temporada turística, o que impede a venda de isca viva para pesca amadora. Foi explicado pela comunidade que a solicitação é a revisão do defeso para exclusão dos camarões a serem utilizados como isca viva. A representante do ICMBio informou que outras comunidades têm solicitado a revisão do período do defeso propondo diferentes datas, situação que motivou a instalação de câmara técnica para verificar a possibilidade da mudança frente a biologia do organismo e estabelecer um consenso para todo litoral do Paraná (baías de Guaratuba, Guaraqueçaba e Paranaguá), sendo salientado que se trata de um processo com solução de médio a longo prazo. Foi ressaltado pela analista que já ocorreram reuniões da câmara técnica e que não há representantes das comunidades de Ponta da Pita e Praia dos Polacos. Foi informado que a próxima reunião da câmara acontecerá no início de dezembro em Guaraqueçaba e será disponibilizado alojamento no local. Será necessário que os pescadores organizem a logística de transporte para o local, tendo sido sugerido pelo ICMBio a possibilidade do porto auxiliar os pescadores



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

fornecendo o combustível. Nesse contexto o Ibama entende que a

No que tange o desenvolvimento dos programas ambientais da regularização voltados aos pescadores dessa comunidade, atualmente está acontecendo o cadastramento das embarcações e monitoramento do desembarque pesqueiro, não tendo ocorrido nenhuma reunião com a comunidade visitada. A analista do ICMBio sugeriu que, no contexto do monitoramento do desembarque, seja realizado diagnóstico dos pescadores de camarão para isca viva e cálculo do quantitativo de isca viva vendida por semana, e essas informações, junto com os resultados do Programa de Monitoramento da Pesca, devem ser apresentados com antecedência à comunidade a fim de que os dados sejam expostos na próxima reunião da câmara técnica. Esta equipe ratifica a solicitação de apresentação dos dados com antecedência à reunião da câmara técnica.

Quanto às possíveis medidas compensatórias que o porto poderia empreender na comunidade, o Ibama questionou a comunidade quanto ao interesse na construção de uma associação com local para congelamento e beneficiamento do pescado. Nesse momento, a comunidade não entende como pertinente, pois não há pescado suficiente para justificar o estoque do pescado, uma vez que, atualmente, o pescado é beneficiado e congelado na casa dos próprios pescadores e os clientes compram diretamente dos pescadores. Nesse contexto, esta equipe técnica recomenda que a APPA por meio do PEA auxilie na obtenção/renovação de carteira profissional para pescadores, e desenvolva o fortalecimento da cadeia produtiva relacionada a pesca, tendo como uma das ações a realização de melhorias nas unidades de beneficiamento domiciliar, dentre outros aspectos, de modo semelhante ao executado pela Petrobrás no empreendimento Sistema de Produção e Escoamento de Gás Natural e Condensados - Bloco BM-CAM-40 - Campo de Manati - Bacia de Camamu (processo Ibama nº 02022.004426/2001-07).

### **Dia 23/09/2014**

No turno matutino ocorreu: (i) apresentação dos programas ambientais desenvolvidos pela empresa de consultoria da APPA nos processos de regularização dos portos organizados de Paranaguá e Antonina; (ii) rápida apresentação, pelo representante do TCP, sobre o projeto denominado “Derrocamento do Maciço Rochoso – Porto de Paranaguá”; e (iii) vistoria no pátio e cais da área pública do Porto de Paranaguá. No turno vespertino aconteceu: (i) vistoria no Terminal de Contêineres de Paranaguá – TCP; e (ii) vistoria no Terminal Portuário da FOSPAR.

Participaram da vistoria os analistas ambientais do Ibama lotados na COPAH e no NLA/PR, além dos analistas ambientais do ICMBio, representantes da empresa de consultoria da APPA, representantes da empresa de consultoria do TCP, e representantes dos empreendedores APPA, TCP e FOSPAR.





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

Cabe destacar que na chegada à área da cidade onde se localiza o Porto Organizado de Paranaguá foi observada presença de caminhões, carretas e caçambas estacionados no via pública, além de resíduos de granéis sólidos e odor, atratores de fauna sinantrópica.

### *PORTO DE PARANAGUÁ*

Foram vistoriadas a área do pátio, o cais de granéis líquidos, fertilizantes e granéis sólidos. Foi observada pouca movimentação nos berços de atracação, possivelmente devido ao período de baixa temporada da safra de granéis sólidos. Dessa maneira, recomenda-se que seja realizada vistoria na época de escoamento da safra, qual seja, maio e junho.

O diretor de meio ambiente da APPA apresentou a área no pátio onde se pretende construir um prédio térreo de atendimento a emergência com óleo, incêndio e explosão. No cais de atracação de granéis líquidos não havia embarcações acostadas.

Durante a vistoria, notou-se que o cais e o pátio estavam relativamente varridos, sendo observado, contudo, que nos locais inacessíveis aos carrinhos de varrição – como por exemplo, cantos, paredes, base e áreas abaixo de portêineres – havia acúmulo de resíduos (figuras 15, 16, 17 e 18). Recomenda-se melhoria na qualidade da atividade da varrição, com inclusão de varrição manual nos locais inacessíveis a varrição mecânica. Notou-se também, resíduos como copos e embalagens plásticas de marmita e cascas de frutas tanto nas áreas do cais, quanto nos berços (figura 19). Dessa maneira, percebe-se que há necessidade de fortalecer o Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores. Foi possível observar diversas caixas de gordura com tampa danificada, bem como acúmulo de substância em fermentação na canaletas de drenagem (figura 20 e 21). Dessa forma, além da intensificação da varrição, esta equipe recomenda a desobstrução das canaletas e verificação do adequado decaimento das drenagens, devendo tais informações serem registradas no próximo relatório a ser protocolizado neste Ibama.

Na parte mais antiga do porto, onde é feita movimentação e armazenamento de granéis sólidos verificou-se a antiguidade dos equipamentos, bem como resíduos de granéis (figuras 22, 23, 24 e 25), situação que propicia a presença de grande população de pombos e suas fezes. Cabe salientar o odor fétido da área, especialmente nos locais de acúmulo do resíduo particulado – que estavam sob fermentação – proveniente das esteiras transportadoras. O representante da APPA informou que, a fim de reduzir a perda de granéis, será realizada a troca de parte dos equipamento (figura 26). Esta equipe compreende as dificuldades em realizar melhorias em um porto público, todavia é perceptível que se existem áreas propícias para presença e multiplicação da fauna sinantrópica, o programa de controle desta fauna é comprometido. Assim, recomenda-se celeridade na resolução dessa questão, além de registro nos relatórios referente a eficácia das medidas.

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

Durante a vistoria foram avistados grupos de 3 e 5 indivíduos da espécie *Sotalia guianensis* (boto-cinza) realizando comportamento de pesca na área dos berços e ao lado dos navios atracados (figuras 27 e 28), bem como grupos de *Phalacrocorax brasilianus* (biguás) nas áreas de berço. Além disso foi observada a presença de uma tartaruga morta junto ao berço (figura 29).

No cais de atracação de fertilizantes foi possível observar 2 navios acostados, sendo que um deles estava descarregando no momento da vistoria. Pôde-se perceber que as serralpilheiras – lonas esticadas na lateral dos navios e presas no cais (figura 30), as quais têm por objetivo de impedir que parte do material particulado que está sendo descarregado caia no corpo d'água – não estavam atendendo ao propósito, visto que, estavam fracamente presas e o vento as desestabilizavam, permitindo que o material particulado caísse na água (figura 31). Sugere-se que o empreendedor busque uma opção de serralpilheira, ou outro tipo de proteção, que cubra toda a lateral da embarcação e fique firmemente presa ao cais com mobilidade para acompanhar o movimento da embarcação.

Em relação a vistoria realizada em setembro de 2013 – relatada no Parecer Técnico 211/2014 – verificou como melhoria a existência de normativa interna que proíbe a raspagem de cascos de navios na área do Porto Organizado.

Cabe destacar que no processo de descarregamento observado foi possível notar trabalhadores sem Equipamentos de Proteção Individual – EPIs (figura 32). Recomenda-se que esta situação seja encaminhada para o órgão competente.

#### **TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ – TCP**

A vistoria foi acompanhada pelo coordenador de gestão ambiental do TCP e por representantes da empresa de consultoria. Foram vistoriadas as áreas de abastecimento e manutenção dos transportadores de contêineres, central de resíduos, pátio de lavagem de equipamentos, parque de contêineres de refrigerados, berços de atracação 1, 2 e 3 e *dolphins*, sendo o último berço e os *dolphins* uma ampliação para qual este Ibama emitiu a Licença de Operação nº 1250/2014. Na área adjacente aos berço 3 foi observada a permanência da fundação de *dolphin* antigo (figura 33), esta equipe entende que tais fundações devem ser retiradas por completo da área, recomendando como parte da desmobilização do antigo *dolphin*.

Foi observado trânsito de embarcações pesqueiras entre os *dolphins* conforme previsto nos estudos ambientais da ampliação do cais leste (figura 34).

Na área de manutenção (figura 35) foi observado que os trabalhadores não utilizavam protetor auricular, apesar de o terminal ser caracterizado como um local ruidoso.





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

Recomenda-se ao empreendedor avaliar o nível de critério de ruído para a exposição dos trabalhadores e adoção das medidas cabíveis, as quais devem ser registradas nos próximos relatórios a serem encaminhados a este Ibama.

Durante a vistoria, o representante do TCP mostrou, na área de abastecimento, o tanque aéreo para o qual será solicitada a substituição por outro de maior capacidade (figura 36). Ainda na área de abastecimento foi visualizado contêiner utilizado como central de resíduos (figura 37), porém observou-se a presença de resíduos na área externa (figura 38). Embora tenha se observado canaletas e caixa SAO contornando toda área de abastecimento, notou-se o piso impregnado de óleo derramado, sendo necessária intensificação nas rotinas de limpeza (figura 39).

No parque de contêineres há rede de drenagem pluvial que desemboca na baía de Paranaguá, tendo o representante do TCP informado que na área dos contêineres a contenção de qualquer vazamento de produto oleoso é feita imediatamente, justificando a ausência de caixa SAO na rede de drenagem pluvial. Durante a vistoria pôde-se acompanhar atividade de organização do pátio de contêineres e descarregamento de navio no berço 2. neste local, notou-se que os trabalhadores utilizavam EPIs.

Não foi observada fauna sinantrópica em quantidade expressiva. Foi informado que o controle de zoonoses é realizado por uma empresa diferente daquela que realiza os programas de monitoramento. Assim, recomenda-se a inclusão dos relatórios relativos ao controle de zoonose nos próximos relatórios de monitoramento a serem encaminhados a este Ibama.

Nos berços de atracação observou a presença de grupos de *S. guianensis* (boto-cinza) realizando comportamento de pesca, e na área ampliada verificou-se a presença abundante de aves marinhas utilizando os dolphins como área de descanso durante a maré alta.

#### **TERMINAL PORTUÁRIO DA FOSPAR**

A vistoria foi acompanhada pelo coordenador de gestão ambiental da FOSPAR. O empreendimento possui uma área de fábrica licenciada pelo IAP, e um terminal de privativo de uso misto licenciado por este Ibama (Processo nº 02017.000485/98-83). No mesmo processo está sendo licenciada a ampliação do terminal na retroárea existente (nova correia transportadora e novo armazém).

Foi observada a presença maciça de pombos nos telhados da área de fábrica e do armazém do terminal, tendo o empreendedor informado que não há programa de controle de zoonoses. Assim, recomenda-se a inclusão de Programa de Controle de Zoonose no contexto da licença de operação do terminal (LO nº 142/2001), além disso, sugere-se



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

solicitar ao IAP que inclua um Programa de Controle de Zoonose na licença ambiental da fábrica, uma vez que, a efetividade do programa somente poderá ser alcançada se todo o complexo estiver contemplado. Cabe salientar que, devido à proximidade com o Porto de Paranaguá - no qual há programa de controle de zoonose - o terminal da FOSPAR tem servido de abrigo para a população de pombos combatida pelo Porto.

A área terrestre do terminal é lindeira a um manguezal, o qual foi parcialmente suprimido para construção. Pôde-se visualizar resíduos, principalmente de origem doméstica, além de restos de poda e pedaços de madeira (figura 40) no manguezal. Foi informado pelo representante da FOSPAR que há limpeza semanal dos manguezais - determinada pelo Programa de Monitoramento do Manguezal constante no LO do terminal - uma vez que a maré transporta resíduos provenientes de Paranaguá. Ainda na área terrestre, foi observada fileira de caminhões aguardando carregamento.

Para chegar ao pier de atracação foi utilizada uma pequena embarcação. Foi possível acompanhar operação de descarregamento de fertilizante. Observou-se a utilização de serrapilheira recobrimdo toda a lateral da embarcação - diferente do observado no Porto de Paranaguá - contudo o vento movimentava bastante a serrapilheira (figura 41), demonstrando que há necessidade de um dispositivo que a fixe com mais firmeza. Durante a operação verificou-se a formação de grande nuvem de particulado. Além disso, observa-se presença de óleo derramado e fertilizantes em baixo do maquinário utilizado no descarregamento dos navios (figura 42), assim recomenda-se o reforço na limpeza do pier.

## **Dia 24/09/2014**

Para as reuniões técnicas com as comunidades foi necessário deslocamento com embarcação, a qual foi disponibilizada pelo IAP. No turno matutino foram realizadas reuniões com as comunidades de Ilha do Teixeira e Eufrasina. No turno vespertino foram visitadas as comunidades de Amparo, São Miguel e Piaçaguera.

Participaram das reuniões técnicas os analistas ambientais do Ibama lotados na COPAH, além de analista ambiental do IAP, representantes das empresas de consultoria contratadas pela APPA para desenvolvimento dos programas ambientais da regularização e das dragagens de manutenção, representantes da empresa de consultoria do TCP, e representantes do empreendedor APPA.

## **ILHA DO TEIXEIRA**

Em Ilha do Teixeira (figura 43) a comunidade pesqueira presente relata que tem ocorrido



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

redução de camarão e peixe – especialmente miraguaia e linguado – com queda no presente ano. Relatam pescar/coletar cangatá, pescada, miraguaia e linguado, além de mariscos (ostras e bacucu) e crustáceos (siri, caranguejo e camarão). A comunidade têm observado uma grande quantidade de marisco, que conhecem como “bacucu”, porém percebem que o organismo está crescendo sem engordar, mesmo em agosto, mês no qual, geralmente, encontravam o bacucu gordo. Sobre as ostras, têm observado que, além de também não estarem engordando, muitas são encontradas mortas. Relataram, outrossim, abundância de algas que conhecem como “couve”, e que atrapalham a pesca. Ademais reclamaram que o ruído da draga atrapalha a pesca, e afirmaram ter visualizado peixes mortos após a passagem da draga. Esta equipe compreende que as alterações relatadas podem ser consequência de diversos fatores, e devem ser consideradas na análise dos monitoramentos, bem como previamente às intervenções de aprofundamento do canal de Paranaguá. Dessa maneira, recomenda-se a este Ibama que priorize a análise de monitoramentos desta região para que sejam identificadas correlações e possíveis soluções.

Cabe ressaltar que pescadores da comunidade denunciaram descarte de material dragado nos locais denominados “Laje Grande” e “Ponta Grossa”, os quais não estão contemplado na Autorização da dragagem de manutenção como áreas de despejo. E também solicitaram melhor fiscalização dos manguezais, pois têm encontrado a armadilha “lacinho”, utilizada ilegalmente para coleta de caranguejo.

Quanto a representação de lideranças de Ilha do Teixeira, observam que neste momento estão sem representante, pois a passagem da representação da associação não está oficializada. Com relação as ações da APPA na comunidade, relativas a programas ambientais, relataram participação no mapeamento de distribuição de animais – possivelmente principais pesqueiros – no diagnóstico participativo – o qual, possivelmente, ocorreu em 2012). Em relação à participação em programas de educação ambiental relacionados à dragagem de manutenção, participaram de curso para horta na escola, mas entendem que a ação não alcança a todos, pois nem todas as crianças frequentam a referida escola. Além disso o curso de horta não foi considerada uma ação que fortalece a pesca. Quanto as ações dos programas ambientais relacionados ao processo de regularização do Porto Organizado de Paranaguá, a comunidade participou do cadastramento de embarcações.

Foi relatado que a Prefeitura de Paranaguá recolhe o lixo da comunidade num único ponto, próximo ao trapiche (figura 44). Percebem que com a construção do trapiche a presença de turistas aumentou. Relacionado ao material reciclável, observaram que não juntam muitas latinhas, sendo que o recolhimento demora de 4 a 5 meses. Solicitam o retorno do Programa Baía Limpa – programa governamental no qual os resíduos recolhidos pela comunidade eram trocados por cestas básicas – por meio do Porto. O Ibama explicou que pode ser feito algo semelhante, mas voltado para a estruturação de uma cadeia produtiva de triagem/reciclagem, uma vez que no licenciamento ambiental deve ser evitado a

doação de cestas básicas e estimulado a geração de renda, a não ser em caso de impossibilidade de produção, ou em caso de decisão judicial. Nesse contexto, esta equipe técnica considera propício o desenvolvimento - no escopo dos programas de educação ambiental das licenças da APPA - de ações de sensibilização para a separação do lixo; estruturação de pontos para deposição e coleta do lixo durante a semana, ou de um ponto único e amplo para deposição de todo resíduo da comunidade de modo a facilitar o recolhimento; divulgação ampla da frequência e pontos de coleta. Outras ações que podem ser implementadas é o escoamento dos recicláveis e usos da matéria orgânica como compostagem (tipo “minhocas”).

Cabe destacar que foi relatada pela comunidade o interesse pelo artesanato como complementação de renda, assim outra linha de ação a ser desenvolvida no Programa de Educação Ambiental - PEA é a estruturação de uma cadeia produtiva voltada ao artesanato.

A comunidade também mostrou interesse em ter uma cozinha comunitária, a ser utilizada como um restaurante para os turistas, bem como curso para melhoria do atendimento alimentar do turista. Não se interessam tanto em aprender o beneficiamento do pescado para a venda em posta, pois entendem que vendem o peixe grande inteiro por um melhor preço. Afirmam que limpam e congelam o peixe em casa, quando não o vendem diretamente ao consumidor. Dessa maneira, esta equipe entende que, frente a possibilidade de implantação de cozinha comunitária será importante realizar melhorias na higienização e beneficiamento do pescado.

### *EUFRASINA*

A comunidade de pesca local (figura 45) observa impactos da dragagem, dos terminais e do porto. Os impactos identificados estão relacionados aos pesqueiros, espalhamento de cardumes e atropelamento de mero, situações que podem estar relacionadas às dragagens. Indicam também impactos do empreendimento da FOSPAR devido a emissão de material particulado e escoamento de material para o corpo d'água.

Houve relatos quanto às ações executadas pelo TCP, o qual, por meio do Programa de Educação Ambiental - PEA focado na linha de ação para apoio à comunidade de pesca e apoio ao turismo, fornecerá material para equipagem de cozinha comunitária, já tendo fornecido parte do material de construção. A construção ficará a cargo da comunidade com mão de obra local e aparentemente voluntária. O local a ser construído servirá também como receptivo aos turistas e área para atividades comunitárias. Outra ação prevista pelo TCP diz respeito a coleta de recicláveis e troca solidária por alimentos, além de informação e estruturação de cadeia produtiva relacionada à maricultura.

Como uma das ações de educação ambiental da dragagem de manutenção ocorreu a



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

integração da comunidade às reuniões de câmara técnica acerca de possível alteração no período de defeso do camarão branco. Quanto aos possíveis benefícios dos empreendimentos no entorno, afirmam que a mão de obra local não tem sido aproveitada nos empreendimentos portuários e indicam entender que o principal motivo está relacionado com o pouco estudo dos moradores das ilhas.

A liderança local relata o decaimento da pesca, inclusive de pescada e miraguaia que foi melhor no ano passado, e o aumento da abundância da alga que denominam “couve”. Observaram a continuidade de raspagem dos cascos dos navios no porto, que deverá ser mais coibido. Também afirmam está ocorrendo nos manguezais o uso de “lacinho” nas áreas de coleta de caranguejo por parte de pessoas não moradoras locais, por conseguinte solicitam maior fiscalização, principalmente na época de andata. Reclamaram da entrada de navios sardinheiros na baía de Paranaguá, e utilização de rede com malha de 5 cm. A pesca de navios sardinheiros e com petrechos irregulares prejudicam a pesca, uma vez que a sardinha é atratora de peixes maiores, assim a sobrepesca daquelas prejudicam a pesca artesanal dos peixes maiores. Recomenda-se o encaminhamento para o setor de fiscalização e Marinha para aumentar a fiscalização de navios sardinheiros em pesca na baía de Paranaguá e dos petrechos utilizados na baía.

Entendem como principal medida de mitigação, a intermediação e auxílio do empreendedor na organização social para demandar à Secretaria de Educação do Estado e Prefeitura Municipal de Paranaguá o oferecimento das séries finais do ensino fundamental em imóvel existente (atualmente de posse da Prefeitura). Além deste, indicam como importante medida mitigadora, investimentos na construção/ampliação de escola (também com acordo junto a prefeitura e secretaria de educação estadual) para abrigar as séries finais do ensino fundamental e todas as séries do ensino médio. Cabe ressaltar que houve a elaboração e protocolização de ofício para a secretaria estadual solicitando oferta de ensino médio e séries finais do ensino fundamental na comunidade, tendo esta ação se realizado no contexto do PEA da dragagem de manutenção.

Esta equipe observa-se a necessidade de ações estruturantes relativas a parceria público-privada para melhoria da qualidade de vida da comunidade, por exemplo, alternativas de saneamento. Embora o grupo reunido tenha informado que cerca de 80% das casas de Eufrasina possuem algum saneamento, há necessidade de verificar a qualidade e suficiência deste.

Outras ações identificadas como possíveis medidas mitigadoras/compensatórias será a melhoria do trapiche existente (figura 46), fortalecimento do turismo (em andamento incipiente com o TCP) e substituição de motores e embarcações velhas por novos. O Ibama ressaltou que essa última ação somente poderá ocorrer em caso de manutenção da mesma condição de pesca e potência autorizadas. O grupo foi orientado a buscar a substituição de frota junto ao PRONAF pesca, porém os pescadores alegam que para solicitações no PRONAF precisam ter bens em valores maiores que a realidade deles.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

Informam não ser necessária maior informação quanto à legislação da pesca profissional, mas solicitaram apoio para regularização da pesca – obtenção/renovação de carteira profissional e outros – uma vez que parte deles tem carteira vencida e outros não conseguiram retirar carteiras novas por intermédio da Colônia. Para tanto foi observado pela consultoria a importância do cadastro das embarcações existentes – ação que está ocorrendo no âmbito do programa de monitoramento da pesca artesanal da licença de operação do Porto Organizado de Paranaguá – como possível forma de comprovação da atividade pesqueira.

### **AMPARO**

A reunião aconteceu na cozinha comunitária (figura 47). No início da reunião foram apresentados objetos de artesanato local com cipó.

Em relação as linhas de ação desenvolvidas pelo TCP na comunidade foi explicado que, inicialmente, foi proposto fomento ao turismo, entretanto a comunidade indicou que tal ação somente poderá se sustentar após serem resolvidas situação de falta de água, saneamento básico, coleta de lixo e escola. Assim, permanece o pedido, já registrado na história do ano passado, quanto a necessidade de escola para ensino médio na comunidade e fornecimento de água. No caso do fornecimento de água, solicitam apoio para a instalação de 8 km de canos interligando a comunidade a curso d'água com maior potência que o atual. A ação custaria entorno de 300 mil reais e necessita ser autorizada pelos órgãos competentes quanto à captação e uso da água. Com relação a esse assunto, o Ibama mostrou considerar mais viável que, no âmbito do PEA da licença de operação do Porto de Paranaguá, seja articulada a participação da associação comunitária em edital relacionado ao abastecimento/saneamento. Por outro lado, entende-se que também é possível uma parceria público privada, porém há necessidade de acordos com os entes e empresas locais para autorizações e investimentos, sendo recomendável que, no caso de realização da parceria, seja pensado um projeto que atenda às diversas comunidades.

Frente a ausência de estrutura básica para o turismo, a consultoria do TCP tem atuado na estruturação de cadeia produtiva de artesanato e verificação da possibilidade de implantação de tanques-rede de camarão no local. A comunidade entende que o artesanato é uma alternativa viável para momentos de redução da pesca, mas considera ser essencial fortalecer a pesca artesanal, por isso sugerem os tanques de camarão. O Ibama chama a atenção para problemas que podem ocorrer com tanques-rede de camarão (como exemplo: alteração da qualidade da água), porém entende que deve ser verificado sua viabilidade ou de outra ação similar. Ainda com relação ao desenvolvimento de linhas de ação no contexto do PEA é sugerido o cadastramento e capacitação dos residentes locais para atendimento às emergências ambientais.



Quanto à dinâmica da pesca artesanal indicam pescar robalo (período de maio a junho), linguado e miraguaia (outubro), pescada (novembro), caranguejo (dezembro pós defeso), e ostra e bacucu durante todo ano, tendo encontrado esses mariscos crescidos e “gordos”. Não foi relatada visualização da armadilha “lacinho” nos manguezais utilizados pela comunidade. Ainda no âmbito da atividade pesqueira, pescadora relata ter sido ameaçada de ter sua carteira de pesca caçada, recomenda-se ação de esclarecimento dos critérios e auxílio a interlocução para a “pesca legalizada” na linha de ação de compensação à atividade pesqueira do PEA da licença de operação do Porto Organizado de Paranaguá.

### *SÃO MIGUEL*

Em São Miguel (figura 48) observou-se que o trapiche está sendo reformado pela Prefeitura Municipal para a manutenção das estruturas existentes, sendo necessário sua ampliação para atendimento à comunidade em momentos de maré baixa. Para a mencionada ampliação deve ser verificado e procedido o licenciamento do projeto após o de acordo do empreendedor em realizar a ação como medida compensatória.

Compondo a costa foi visualizado manguezal e marisma. Embora haja pouco lixo evidente, a comunidade observa a necessidade de melhor organização e disposição do lixo, tal sugestão pode motivar uma ação voltada a triagem de resíduos, estrutura para disposição adequada e área de compostagem. No manguezal a comunidade relatou visualizar a armadilha “lacinho” para coleta de caranguejo por parte de pessoas vinda de outras localidades.

Relatam não ter presenciado mais a limpeza de cascos dos navios, porém perceberam aumento, na comunidade bentônica, da população dos moluscos conhecidos como lesmas do mar. Cabe ressaltar que a comunidade de São Miguel participou ativamente, junto ao TCP, no diagnóstico da presença do siri invasor *Charybdis hellerii*.

Em relação ao camarão indicam que suas larvas estão em grande quantidade neste momento, porém percebem que como o defeso ocorre quando o camarão está adulto, a pesca tem ocorrido quando o camarão ainda está pequeno, antes do defeso, prejudicando a manutenção da população.

A pesca do siri foi relatada como boa no verão passado, e ruim no inverno todavia a comunidade considera o fato como normal da dinâmica populacional da espécie no inverno. Consideram que há relativa sobrepesca de siri diante da eficiência do petrecho utilizado (figura 49), assim percebe-se a possível necessidade de manejo da espécie e desenvolvimento de maneiras mais adequadas para uma pesca sustentável. Com relação a pesca em geral, relataram como boa, e informaram pescar no Complexo Estuarino de Paranaguá desde sua entrada até a Ilha das Cobras.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

Em relação às medidas mitigadoras, a comunidade está participando de projetos do Programa de Educação Ambiental – PEA desenvolvido pelo TCP relacionados à cadeia produtiva do siri – beneficiamento, embalagem e escoamento. Além disso está acontecendo a estruturação e divulgação da cadeia produtiva do turismo com ações como a construção coletiva de cozinha comunitária, dentre outras ações, havendo necessidade de melhorar a captação de clientes.

Além dessas ações, foi executado pelo PEA da dragagem de manutenção um modelo piloto para limpeza de águas cinzas (efluentes de pias e chuveiros) passando por filtro de britas, carvão, areia e raiz de bananeiras. O mencionado estudo foi construído na área da escola, em conjunto com a comunidade. O projeto passou por melhorias e pretende ser replicado em conjuntos de 2 a 4 casas visando melhoria do saneamento local. Entende-se que, com o término das dragagens de manutenção, tal ação poderá ser executado pelo PEA da licença de operação do Porto de Paranaguá. Ademais, quanto ao saneamento recomenda-se que as fossas dos sanitários sejam verificadas quanto a sua adequação a fim de subsidiar futuras demandas da comunidade ao poder público.

### *PIAÇAGUERA*

Inicialmente, cabe ressaltar que em uma próxima vistoria será importante visitar esta comunidade com prioridade, pois devido ao atraso na chegada do Ibama à reunião agendada pela consultoria da APPA, grande parte dos participantes não puderam aguardar.

Foi relatado problema no fornecimento de água e luz e consequente dificuldades em desenvolver o turismo. A comunidade (figura 50) informou perda de faixa de praia, ressaltando a beleza anterior da praia e indicam relação causal com as dragagens no canal e reivindicam a reconstituição da praia. Além disso, para fins de aumento da faixa costeira e formação de trecho para caminhada, solicitaram retirada de vegetação praial. O Ibama informou a provável impossibilidade de supressão dessa vegetação.

Quanto à erosão da linha de costa, destaca-se que, além do relato da comunidade, durante deslocamento embarcado pelo estuário foi observado processo de erosão nas margens dos manguezais (Figura 51), tendo a consultoria da APPA informado que tais processos estão sendo avaliados. Observa-se que consta nos estudos ambientais referentes à dragagem de aprofundamento a previsão de ocorrência de tal impacto, todavia, conforme verificado em campo, percebe-se que um processo erosivo já está ocorrendo antes mesmo do início das obras de aprofundamento. No acompanhamento dos relatórios dos programas associados à operação do Porto organizado de Paranaguá, em especial os monitoramentos realizados para subsidiar as dragagens de manutenção, não foi possível localizar proposições relativas à investigação da causa (natural ou artificial) deste fenômeno, tampouco foram



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

indicadas medidas ou propostas de mitigação para os impactos prévios ao aprofundamento do canal.

No contexto da pesca, a comunidade relata que depois do acidente com o navio Vicuña (ocorrido no ano de 2004) a pesca reduziu, além de considerarem que as dragagens também impactam a pesca, principalmente do camarão. Foi relatada a ocorrência ilegal de pesca de sardinha e arrastos de fundo com rede porta no verão de 2013/2014, além de pesca “amadora” tecnológica com radar detector de cardume, tendo um pescador presenciado a pesca de doze garoupas de uma só vez. Frente a tal situação a comunidade solicitou maior restrição da pesca esportiva, e defeso para peixes, pois atualmente só há períodos de proibição.

Houve denúncia de draga do TCP ter fundeado em área imprópria, despejado sedimentos próximos à Piaçaguera, Cotinga e Ponta Oeste, destruído redes dos pescadores da comunidade e ocasionando perdas de pescado. Foi informado pela representante do TCP que está sendo verificado o número de pescadores prejudicados para fins de restituição dos petrechos perdidos. Outros impacto relatado em decorrência do porto foi a presença de lixo internacional.

A representante da consultoria, contratada pela APPA para condução das dragagens de manutenção, afirmou que em novembro de 2013 foi realizada ação de comunicação social acerca da dragagem informando locais de dragagem e de despejo, no entanto alguns moradores relataram desconhecer essas informações. Solicita-se que seja realizada nova ação de comunicação social da dragagem de manutenção com destaque para divulgação dos telefones da ouvidoria do porto e ouvidoria do Ibama (0800-618080).

A representante da consultoria, contratada pela APPA para condução dos programas ambientais relativos a licença de operação do Porto Organizado de Paranaguá, informou que foram executadas atividades de oficina de sabão, limpeza da orla da praia, cadastramento de embarcações de pesca, e futuramente horta comunitária. A comunidade indicou interesse principal em ações para direcionadas aos pescadores (homens), para o fortalecimento da pesca ou maricultura em tanques-rede.

## **Dia 25/09/2014**

No turno matutino foram realizadas reuniões técnicas nas localidades de Encantadas e Nova Brasília – ambas localizadas na Ilha do Mel – e de Vila Maciel. No turno vespertino realizaram-se, junto com representantes da APPA, reuniões com representantes da empresa de consultoria contratada pela APPA para execução das dragagens de manutenção, e com representantes da empresa de consultoria responsável pelos programas ambientais da regularização.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

Participaram das reuniões técnicas os analistas ambientais do Ibama lotados na COPAH, além de representantes das empresas de consultoria contratadas pela APPA para desenvolvimento dos programas ambientais da regularização e das dragagens de manutenção, e representantes do empreendedor APPA.

### *ENCANTADAS*

A reunião técnica na comunidade de Encantadas aconteceu na Associação de Moradores com participação de 3 pessoas – o presidente e o vice-presidente da associação de moradores e uma representante da prefeitura – não sendo nenhum deles trabalhadores diretos da atividade pesqueira (figura 52). Percebe-se que a comunicação da reunião não foi eficiente nesta comunidade, situação que prejudicou a participação dos pescadores/marisqueiras e impossibilitou ao Ibama registrar o relato destes em relação aos impactos oriundos da existência do porto. Assim, na ocasião de uma próxima vistoria, sugere-se que a comunicação seja feita diretamente as lideranças da colônia de pescadores.

Foi informado que devido à ausência de incentivo aos pescadores – por exemplo, linhas de crédito e apoio para compra de equipamentos – a atividade decaiu, e atualmente o turismo se sobressai no contexto da economia local. Os participantes da reunião consideram que ações apoiadoras devem ser realizadas junto a colônia de pescadores. Ademais, foi relatada a ausência da participação da comunidade no diagnóstico do estudo ambiental do Porto Pontal.

Foi relatada a presença de resíduo internacional e hospitalar, sendo apontado Paranaguá como origem. O presidente da associação informou que há um coletor voluntário realizando uma documentação destes resíduos, e que este tem notado o aparecimento de resíduo internacional compactado e picotado, principalmente na praia do Miguel. Ainda quanto aos resíduos, foi informado que a coleta na cidade é realizada pela Prefeitura, e a retirada dos resíduos depositados no Centro de Transbordo/Triagem é realizada pelo IAP. Foi indicado que o IAP realizou reforma no mencionado Centro, contudo não ocorreu impermeabilização do piso, e o chorume gerado pelos resíduos é levado para o mar nos momentos de maré alta. Os moradores reclamaram da ausência de um programa de educação ambiental visando a comunidade, e atingindo consequentemente o turista. A representante da Prefeitura relatou que, no passado, o IAP realizou projeto de educação ambiental, todavia quando o mencionado Instituto deixou de atuar, não houve continuidade da ação pela comunidade devido à ausência de recursos. A consultoria contratada pela APPA sinalizou que a comunidade não participa das ações organizadas pelo Porto para limpeza de praia. Como solução para a questão, sugere-se a sensibilização dos jovens com desenvolvimento de ação de agentes ambientais multiplicadores com divulgação na escola e acontecendo no horário oposto aos de aula.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

Embora a reunião não tenha contado com a participação de pescadores/marisqueiras, foi relatado que parau, pescada, cavala e tainha eram os produtos mais comercializados, contudo, atualmente, a pesca é mais de subsistência quase não sendo vendido pescado para os restaurantes locais. Além disso, foi relatada redução também da mariscagem. Foi apontado mau cheiro e acúmulo de sedimento nas praias limítrofes ao mar aberto, e aumento da turbidez nas praias voltadas para a baía. Relatou-se que o coletor voluntário tem verificado aumento dos encalhes de tartarugas e pinguins. Em virtude das diversas alterações relatadas, recomenda-se que a análise dos relatórios de monitoramento da regularização de porto analisados com brevidade, devendo os relatos registrados neste Parecer serem considerados na análise.

Quanto as possíveis melhorias que poderiam ser realizadas, por exemplo, reforma do trapiche, foi informado que a prefeitura realizará essa melhoria. E quanto ao desejo da comunidade frente ao desenvolvimento de cursos/oficinas voltadas a cadeia produtiva do turismo, a representante da prefeitura relatou que a administração ofertou cursos pelo Pronatec, os quais tiveram, aceitação variável por parte da comunidade. Embora a Prefeitura tenha, no passado, ofertado curso, esta equipe técnica entende que o fato não invalida a possibilidade de que, no âmbito do PEA da regularização do porto, ocorram ações de fortalecimento da cadeia produtiva do turismo, contudo orienta-se que, inicialmente seja verificada a possibilidade de ações de fortalecimento de cadeia produtiva voltadas para a pesca artesanal.

### *BRASÍLIA*

Não foi possível reunião nesta comunidade devido a dificuldades de mobilização dos moradores e lideranças, contudo, em conversa informal com uma das lideranças, houve solicitação de reforma do trapiche da cooperativa, adjacente ao trapiche público.

Em vista das dificuldades de mobilização, esta equipe considera que em uma próxima vistoria esta comunidade deverá ser visitada com prioridade, devendo ser realizado contato direto com associação de pescadores e, possivelmente, com a Colônia.

### *VILA MACIEL*

Trata-se de uma comunidade formada por aproximadamente 40 famílias, tendo a maioria relação de parentesco entre si (figura 53). Foram feitos vários relatos relacionados a conflito fundiário com pressão de vendas das casas pelas famílias que possuem a posse. Atrelado a isso, relataram dificuldade na obtenção de título de propriedade, e consequente problemas para aquisição de novas instalações elétricas. Frente a tal situação, a consultoria da APPA poderá respaldar a comunidade com informações quanto



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

à documentação necessária para solicitação de título de posse e instalação de nova rede de iluminação ou instalação da rede nas casas.

Foi informado que não há posto de saúde, creche ou escola local, tendo a comunidade se considerado pouco assistida pela prefeitura municipal. As crianças começam a estudar a partir dos sete anos de idade em escola na cidade de Pontal do Sul. A comunidade relatou que devido as condições precárias do trapiche, na maré baixa as crianças precisam caminhar pela lama para chegar à embarcação. O Ibama sugeriu a construção de um trapiche flutuante, todavia os moradores sinalizaram que na região a corrente marinha é muito forte, e um trapiche flutuante não resistiria. Consideram que a fundação do trapiche atual é boa, sendo necessária a reforma do *deck* e construção de escada de acesso (figura 54). Além disso foi relatada dificuldades no transporte para Pontal do Sul, embora tendo sido solicitado à prefeitura linha de ônibus para Pontal, a comunidade ainda não foi atendida e necessita realizar o percurso a pé em estrada de terra ou por táxi, sendo esta opção quase não utilizada devido ao custo.

Conforme informado pela consultoria da APPA, todas as embarcações da comunidade foram cadastrados. Observou-se que a casa de embarcações necessita de reforma (figura 55). Foi observada presença de barcos de madeira, mas a maior parte da frota atual é formada por embarcações de fibra, as quais, geralmente, são fabricadas em um pequeno estaleiro em Pontal. O custo médio do casco é R\$ 8 mil reais somados a R\$12 mil reais (em média) do motor. Consideram as embarcações de fibra boas para a pesca.

Percebem sazonalidade na oferta de peixes, com anos mais abundantes que outros. Notaram que a pesca de tainha e linguado foi boa no presente ano. Pescam para venda e não fazem o beneficiamento, pois consideram que o peixe inteiro é vendido por melhor valor. Quando pescam em grande quantidade congelam o pescado nas próprias casas. Não pescam camarão, e a mariscagem é unicamente de caranguejo e para consumo próprio. Relataram presença da armadilha “lacinho” no manguezal, bem como destruição de mangue. Anteriormente tentaram realizar cultivo de organismos em tanques-rede, mas devido a força da corrente marinha todo o equipamento foi perdido. Percebeu-se que a comunidade necessita de maiores informações quanto aos períodos de proibição da pesca e defeso. Em termos de ações dos programas ambientais, a consultoria da APPA contratada para execução da dragagem de manutenção indicou que desenvolveu, junto a comunidade, oficinas de sabão e papel.

Foi informado que a água é obtida por meio de poços e o saneamento é realizado por fossas distantes de 15 à 20 metros dos poços de coleta de água. Informaram que não há coleta, e o manejo do resíduo é realizado por queima ou enterro. Esta equipe nota a necessidade de uma ação de educação ambiental relacionada ao manejo dos resíduos, por exemplo, triagem, aproveitamento de recicláveis, criação de composteira e verificação da qualidade da água. Além disso, a consultoria da APPA responsável pela execução da dragagem de manutenção poderá auxiliar a comunidade na implantação de estrutura





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

apropriada para armazenamento provisório de resíduos sólidos e solicitação de coleta frequente dos resíduos pela Prefeitura de Pontal do Sul.

### ***REUNIÃO COM EMPREENDEDOR E CONSULTORIAS***

Primeiramente a consultoria responsável pela dragagem de manutenção apresentou a tecnologia empregada na draga, a qual consiste no envio de sinal informando o posicionamento geográfico durante a abertura e o fechamento das comportas da cisterna. Foi relatada a possibilidade de erro no envio dos sinais que são previamente filtrados. Assim, foram detectados quatro eventos anormais de despejo de sedimento na área da barra, alguns podem ter ocorrido sob a justificativa de garantir a segurança da navegação decorrente de mar revolto, porém há dúvidas acerca de um deles, ocorrido em área próxima a relatada por comunidade local. A APPA se comprometeu em enviar relatório informando possíveis inconformidades na operação da draga no prazo de vinte dias.

Segundo o diretor de meio ambiente da APPA, uma analista do ICMBio disponibilizou-se para participar junto com comunidades da validação das ações. Esta equipe técnica entende como positiva a interação com analistas do ICMBio cuja rotina de trabalho inclui tais comunidades, esta interação pode auxiliar na geração de entendimentos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTOS**

Percebe-se que foram realizadas algumas ações relativas aos programas ambientais, tendo durante a vistoria surgido novas demandas pertinentes, assim solicita-se a inserção na pauta a análise técnica dos relatórios de monitoramento relacionado à licença de operação do Porto de Paranaguá, especialmente os programas relativos ao meio socioeconômico. Salienta-se que o presente Parecer deve ser considerado nas mencionadas análises. Ademais, considerando a sobreposição de algumas ações ambientais que estão sendo desenvolvidas, sugere-se solicitar proposta da APPA para integração gradual dos programas de monitoramento de todos os terminais licenciados pelo Ibama, iniciando com a criação de um grupo de trabalho formados por esses terminais para proposição de um Programa de Educação Ambiental (PEA) integrado.

Frente as diversas denúncias de armadilha do tipo “lacinho” nos manguezais do Complexo Estuarino de Paranaguá – CEP, bem como presença de navios sardinheiros e ocorrência de arrastos de fundo com rede porta no verão de 2013/2014, recomenda-se a comunicação do fato à Coordenação Geral de Fiscalização – COFIS, deste Ibama.

Recomenda-se que os estudos relacionados à erosão praial da linha de costa interna do estuário sejam analisados por este Ibama previamente à autorização de qualquer



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

intervenção visando o aprofundamento do canal de Paranaguá. E que o presente Parecer, bem como os relatórios de monitoramento relativos a regularização do porto organizado, sejam considerados nas próximas análises que visem subsidiar tecnicamente qualquer intervenção no canal de navegação de Paranaguá. Ademais, recomenda-se que o monitoramento do perfil praiial proposto no Programa de Determinação e Balanço de Sedimentos para subsidiar a emissão da Licença Prévia nº 457/2013 da dragagem de aprofundamento, seja implementado também no âmbito da operação do porto a partir de sua inclusão na Licença de Operação nº 1173/2013 do Porto de Paranaguá.

Tendo em vista que não foi possível realizar reunião técnica em algumas comunidades – como por exemplo, Portinho, Ponta do Ubá, Brasília, Piaçaguera – e que detectou-se a necessidade de vistoria nos manguezais (especialmente os lindeiros aos empreendimentos) e acompanhamento in loco da atividade de dragagem e ações de monitoramento relativos aos meios físico, biótico e socioeconômico, esta equipe considera imprescindível que estas questões sejam priorizadas em uma próxima vistoria, a qual preferencialmente, deve ocorrer na época de escoamento da safra, qual seja, entre maio e junho.

Uma vez que foram detectadas durante a vistoria condições adversas de segurança do trabalho, esta equipe técnica considera pertinente encaminhar este Parecer para o Ministério do Trabalho, ou outro órgão competente.

Considerando que há interação entre os empreendimentos licenciados pelo IAP e por este Ibama, recomenda-se o encaminhamento deste Parecer ao IAP, a fim deste avaliar as sugestões e relatos apresentados e a integração de procedimentos, principalmente aqueles concernentes aos Programa de Educação Ambiental e Programa de Controle de Zoonoses.

Considerando os relatos de descarte de material dragado em locais não autorizados, e acúmulo de sedimento em praias, da Ilha do Mel, limítrofes ao mar aberto, e tendo em vista que durante reunião com o empreendedor APPA foram apontados eventos anormais de despejo – incluindo despejo na área da barra sob a justificativa de garantir a segurança da navegação decorrente de mar revolto – solicita-se que a APPA envie relatório informando as inconformidades na operação da draga. Além disso, recomenda-se que os relatos de inconformidade sejam parte integrante dos próximos relatórios, bem como sejam utilizados, quando pertinente, na discussão quanto alterações de linha de costa, qualidade da água, dentre outros.

## **ENCAMINHAMENTOS ESPECÍFICOS**

Percebe-se pertinente ressaltar recomendações específicas para os seguintes empreendimentos:



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

**Terminal Portuário Privativo de Ponta do Félix:** encaminhar autorização do órgão ambiental quanto a cessão de uso da retroárea do Terminal Barão de Teffé, e incluir monitoramento ambiental do pátio da retroárea no âmbito dos relatórios ambientais encaminhados pelo TPPF.

**Porto de Paranaguá:** melhoria na qualidade da atividade da varrição, com inclusão de varrição manual nos locais inacessíveis a varrição mecânica; fortalecimento do Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores; busca por uma opção de serrapilheira, ou outro tipo de proteção, que cubra toda a lateral da embarcação e fique firmemente presa ao cais com mobilidade para acompanhar o movimento da embarcação.

**Terminal de Contêineres de Paranaguá:** desmobilização completa das fundações do antigo *dolphin* de amarração, adjacente a ponte atual.

**Terminal Portuário da FOSPAR:** inclusão de Programa de Controle de Zoonose no contexto da licença de operação do terminal (LO nº 142/2001).

Sabe-se que serão necessárias futuras análises dos relatórios de monitoramentos dos licenciamentos para consolidação do entendimento acerca do status das ações em andamento. Porém, considerando os impactos das atividades portuárias já indicados em pareceres anteriores e observados em campo nas comunidades da área de influência direta – AID dos portos de Paranaguá e Antonina e terminais privativos, observa-se que devem ser executadas ações do Programa de Educação Ambiental (PEA) – no contexto das linhas de ação de organização social e de ação de mitigação/compensação à comunidade pesqueira – e do Programa de Comunicação Social (PCS) no âmbito dos licenciamentos listados abaixo, com os seguintes itens mínimos para cada uma das comunidades da AID do meio socioeconômico:

**Regularização do Porto Organizado de Paranaguá (LO nº 1173/2013):** seminários de pesca com vistas a apresentação do monitoramento pesqueiro e regularização da pesca artesanal; fortalecimento da organização social e intermediação com outras instituições públicas e busca de participação de editais buscando melhoras ao serviço público, focando em educação, água e saneamento); fortalecimento da cadeia produtiva da pesca ou estruturação de cadeias produtivas alternativas; registro da história local das comunidades tradicionais (especialmente Vila Maciel); educação ambiental (EA) acerca de resíduos nas comunidades não atendidas pelo TCP, com foco em compostagem; a médio prazo realizar ações de saneamento alternativo para efluentes (águas cinzas e negras) em comunidades vulneráveis. Observa-se que no Monitoramento do Desembarque Pesqueiro contido na LO do Porto deve especificar levantamento das espécies utilizadas para comercialização de isca viva (peixe e camarão), especialmente em Antonina e demais comunidades que seja encontrado este aspecto, devendo apresentar tais informações para as próprias comunidades e integrar com o PEA para informações à Câmara Técnica acerca de defesos (camarão e futuras câmaras técnicas).



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovias**

**Dragagem de Aprofundamento** (caso seja licenciada; fazer para cada uma das comunidades da AID do Porto Organizado APPA): reforma/construção de trapiches (considerando as indicações deste parecer) e outras ações já indicadas em parecer anterior, como fortalecimento do turismo em comunidades não atendidas pelo TCP, incluindo cozinha comunitárias ou unidades de beneficiamento individual para pescado;

**Dragagem de Manutenção (autorizações relacionadas à LO nº 1173/2013):** ação de EA voltada a triagem de recicláveis x resíduos orgânicos com implantação de estrutura apropriada para o armazenamento transitório de resíduos sólidos a serem coletados pela Prefeitura ou moradores; intermediações com instituições públicas (título de posse e garantia de energia de luz elétrica e outros aspectos em Vila Maciel); Reunião do Programa de Comunicação Social em cada comunidade com informações acerca da dragagem, seus impactos, e estudos correlacionados, apresentando as formas de comunicação de denúncias;

**Terminal de Contêineres de Paranaguá (LO nº 1250/2014):**

fortalecimento/estruturação de cadeias produtivas relacionadas prioritariamente à pesca e maricultura, turismo e artesanato; segurança da navegação; troca solidária (resíduo por alimento) com reuniões e ações de EA acerca dos resíduos e organização social.

Observa-se que tais projetos devem prezar pela complementariedade entre si e a não sobreposição de ações similares. Para tanto a formação e andamento de um grupo de trabalho dos entes e arrendatários do Porto Organizado licenciados pelo Ibama, para a estruturação de tais ações em projetos específicos num programa de educação ambiental único poderá aproveitar melhor os recursos (financeiros, humanos e temporais) e gerar uma comunicação mais eficiente com a comunidade e uma melhor mitigação dos impactos.

Brasília, 07 de outubro de 2014

**Bárbara Luciana da Conceição**  
Analista Ambiental da COPAH/IBAMA

**Breno Bispo da Silva**  
Analista Ambiental da COPAH/IBAMA

**Liana Neves Salles Nascimento Silva**  
Analista Ambiental da COPAH/IBAMA